

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

DIAGNÓSTICO DE POBREZA INFANTIL
DO CONCELHO DE ÉVORA

NÚCLEO LOCAL DE GARANTIA PARA A INFÂNCIA DE ÉVORA (NLGPI)



FICHA TÉCNICA

Título: Diagnóstico de Pobreza Infantil do Concelho de Évora

Documento elaborado por:

Projeto Radar Social de Évora – Ana Luísa Matias



Câmara Municipal de Évora

Praça do Sertório

7004-506 Évora

[https:// www.cm-evora.pt/](https://www.cm-evora.pt/)

Edição, Propriedade e Reprodução

Câmara Municipal de Évora

Maio 2025

ÍNDICE

Índice	2
Nota Introdutória	4
Enquadramento	7
Nota Metodológica	15
Análise Demográfica	17
Diagnóstico Local e Caracterização Sociodemográfica	22
Principais Dados do Diagnóstico Local e Conclusões	50
Referências Bibliográficas e Sites Consultados	56

***“As crianças têm direito à proteção contra a pobreza.
As crianças de meios desfavorecidos têm direito a medidas específicas
destinadas a promover a igualdade de oportunidades.”***

Princípio 11 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico de Pobreza Infantil do Concelho de Évora, pretende dar cumprimento a uma das atividades previstas no âmbito do Núcleo Local de Garantia para a Infância do Concelho de Évora (NLGPI), processo essencial para compreender as causas e a sua evolução, permitindo a elaboração de um plano de ação mais eficaz.

Pretende ainda constituir-se como parte de um processo de planeamento no âmbito da política local, mais concretamente na área da pobreza infanto-juvenil, cuja atualização é essencial para uma atuação ainda mais eficaz face à realidade do território e características inerentes.

Partindo da aprendizagem e conhecimento extraído do Diagnóstico Social do Concelho de Évora, sistematizam-se dados específicos face ao fenómeno de pobreza infantil, permitindo o acesso a um conhecimento mais aprofundado acerca desta problemática com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens residentes no concelho.

O ponto de partida deste Diagnóstico tem em linha de conta as diretrizes e orientações europeias e nacionais, defendendo uma intervenção centrada nos direitos das crianças e dos jovens no combate à pobreza e à exclusão social.

A informação apresentada e o processo metodológico resultaram da pesquisa de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística e outros serviços/ organizações), da realização de um *Focus Group* (Famílias Monoparentais) e da perceção, experiência adquirida e maturidade técnica dos profissionais com atuação em matéria de infância e juventude e que integram o NLGPI, numa abordagem participativa e colaborativa.

Estes momentos permitiram uma leitura mais aprofundada sobre a realidade do território, com identificação de pistas de intervenção.

Para o diagnóstico territorial, a amostra incidu na recolha de informação das famílias (pessoas adultas com filhos menores de idade), em acompanhamento/beneficiários de processos familiares ativos, no presente ano (2025), no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), da Câmara Municipal de Évora. Incluí crianças e jovens com ou sem prestação de garantia para a infância, pretendendo incidir naquelas que se encontram em situação de pobreza extrema e/ou se encontrem numa situação de risco de pobreza ou exclusão social.

BREVE SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO E CONTEXTOS DE INTERVENÇÃO:

- ▶ O município de Évora tem uma área de 1.307 182 Km², ocupando cerca de 5% do território da Região;
- ▶ O concelho tem 12 Freguesias, após a reorganização administrativa de 2013, estando as mesmas subdivididas em 3 freguesias urbanas e 9 rurais;
- ▶ Dados provisórios dos Censos 2021 estimam que residam no concelho 53.591 pessoas (28.138 mulheres e 25.453 homens);
- ▶ Apesar de ser o 3^o município com maior densidade populacional da Região do Alentejo Central, o território tem vindo a registar um decréscimo populacional entre 2011 e 2021 (variação negativa de 5,3%), sendo este mais significativo na população entre os 0 e os 14 anos;
- ▶ Desde 2001, o número de residentes de todos os grupos etários tem vindo a diminuir, com exceção dos residentes com 65 e mais anos;

- ▶ Em 2021, 49,8% da população residente no concelho tinha entre 15 e 64 anos, 30,1% tinha 65 e mais anos, 10,4% entre os 0 e os 14 anos e 9,7% entre os 15 e 24 anos;
- ▶ Em 2020, a taxa de crescimento efetivo foi negativa (-0,51%), apresentando um decréscimo populacional superior ao verificado a nível nacional (0,02%) mas inferior ao registado na região (0,89% Alentejo Central);
- ▶ A taxa bruta de natalidade foi em 2020 de 8,4‰ e a taxa bruta de mortalidade foi de 12,6‰.

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Évora

ENQUADRAMENTO

“Perto de um em cada quatro dos cerca de 78 milhões de cidadãos europeus que vivem abaixo do limiar de pobreza é uma criança. Em 2005 19% das crianças com idade compreendida entre os 0 e os 17 anos encontravam-se em risco de pobreza nos 27 Estados Membros da União Europeia, contra 16% da população total. Em muitos países da União Europeia as crianças enfrentam um grande risco de pobreza comparado com o resto da população.”

Comissão Europeia, *Thematic Study on Policy Measures Concerning Child Poverty* (2008)

Para as Nações Unidas, a pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. Pode manifestar-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões.

Considera ainda que as pessoas vivem em situação de pobreza quando carecem dos recursos materiais, culturais e sociais necessários para satisfazer as suas necessidades básicas, são excluídas do nível de vida considerado mínimo e aceitável nos territórios onde residem, impactando o seu presente e o futuro.

De acordo com a mesma fonte, mais de 11% da população mundial vive em pobreza extrema e enfrenta esforços frequentes para satisfazer as necessidades mais básicas, ao nível da saúde, educação e do acesso à água e ao saneamento.

Adianta, que no grupo etário dos 25 aos 34 anos, por cada 100 homens, existem 122 mulheres, a viver na pobreza, e mais de 160 milhões de crianças em risco de continuar numa situação de pobreza extrema, até 2030. A maioria das pessoas que vive abaixo do Limiar Internacional da Pobreza está concentrada em duas regiões: a Ásia meridional e a África subsariana, onde o fenómeno da pobreza extrema está a aumentar gradualmente.

A pobreza infantil é um fenómeno global e multidimensional. O conceito de pobreza infantil reveste-se de especial complexidade, no contexto das ciências sociais. Ainda que encete várias discussões metodológicas e teóricas, a compreensão multidimensional tem sido a mais utilizada e adotada a nível internacional.

As crianças e os jovens são particularmente vulneráveis à pobreza e quando a vivenciam não usufruem, plenamente, de todos os seus direitos, como direito à alimentação saudável, acesso a serviços de saúde, habitação, educação, água e saneamento, participação e proteção, entendidos como fundamentais para poderem sobreviver e evoluir.

Existem vários fatores que contribuem para a sua persistência, afetando crianças e jovens desproporcionalmente – e que representam mais de metade das pessoas em situação de pobreza no mundo, apesar de constituírem apenas 31% da população mundial.

Segundo o estudo de Pobreza Infantil, da EPAN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza, em 2005 na maior parte dos Países Europeus, as crianças encontravam-se em risco de pobreza superior ao resto da população, à exceção dos países nórdicos, onde a taxa de pobreza infantil registava um valor menor ou equivalente à da taxa da população total. Não obstante, a pobreza infantil não se reveste como um fenómeno exclusivo dos países de baixo e médio rendimento.

O trabalho do centro de investigação da **UNICEF**, *Innocenti*, classifica os países “com base na sua taxa de pobreza mais recente e no seu sucesso na redução da pobreza infantil num período de prosperidade”, concluindo que uma em cada cinco crianças nos países mais ricos do mundo vive na pobreza.

O relatório regista também “um aumento acentuado da pobreza infantil (...) em 40 dos países mais ricos do mundo entre 2014 e 2021”. mas adianta que, embora vários países tenham reduzido a pobreza infantil, alguns dos mais ricos registaram os maiores retrocessos”. Portugal aparece na 13.^a posição de uma lista de 39 países.

O relatório também mostra um elevado nível de desigualdade, indicando que, “em 38 países com dados disponíveis, as crianças de famílias monoparentais têm três vezes mais probabilidades de viver na pobreza”.

De acordo com a mesma fonte, apontam para que a dimensão, a composição e as características do agregado familiar influenciam a situação económica das crianças. Crianças que integram famílias monoparentais ou famílias numerosas tendencialmente estão numa situação de maior risco de pobreza.

Em Portugal, em 2022, a taxa de pobreza das famílias com crianças aumentou 18,9% face ao ano 2021. Constata-se ainda que o maior agravamento de taxa de risco de pobreza continua a observar-se nas famílias monoparentais.

Segundo a UNICEF: “as crianças que vivem na pobreza têm menos probabilidades de concluir a formação escolar”, o que significa que “ganham salários mais baixos quando adultas”.

Portugal é um dos seis países (em conjunto com a Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia e Eslováquia) que reduziram as suas taxas de pobreza de valores acima

da média da UE em 2015 para valores inferiores em 2021. Segundo dados mais recentes, aproximadamente 2 317 236 pessoas continuam em risco de pobreza ou exclusão social, e destas 389 686 são crianças (INE, EU-SILC 2021, Censos 2021; Eurostat 2021).

Em Portugal, as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos representam cerca de 16% da população portuguesa total, correspondendo a aproximadamente 1,7 milhões (INE, Censos 2021).

As crianças e jovens continuam a constituir, em Portugal, o grupo etário em situação de maior risco de pobreza, mantendo-se uma tendência crescente desde 2020 (18,4%), com um ligeiro aumento de 18,5%, registado em 2021 e, em 2022, um aumento de 20,7%, constituindo, assim, o escalão etário que regista maior aumento face ao ano transato (INE, 2023).

Os dados mais recentes recolhidos no âmbito do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – Saúde e Privação Material das Crianças em 2024, refere que, em Portugal, 11,3% das crianças integravam agregados familiares em privação material e social, o que corresponde a um aumento relativamente à proporção observada em 2021 (10,7%) e a uma proporção ligeiramente superior à obtida para a população em geral (11%).

Também a taxa de privação material e social severa era maior para as crianças (5%) do que para a população em geral (4,3%).

A proporção de crianças que viviam em agregados familiares sem capacidade para pagar pelo menos uma semana de férias por ano, fora de casa, a todos os seus membros até aos 15 anos, aumentou de 15,5% em 2021 para 20,6% em 2024.

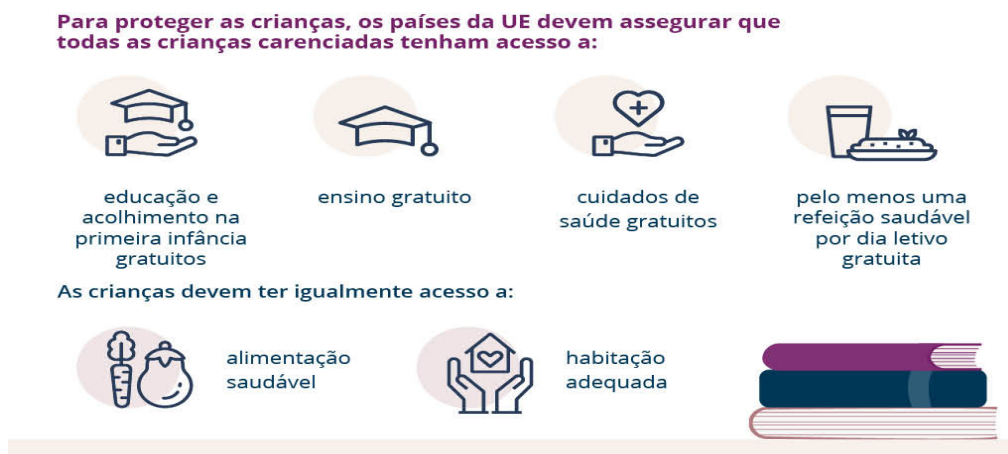
É neste enquadramento e por forma a garantir a proteção e os direitos das crianças que foi necessário um novo e reforçado quadro estratégico da União Europeia, de que são exemplos, a adoção da Recomendação da Comissão Europeia (2013): “*Investir na crianças: quebrar o ciclo de desvantagens*”, a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) e o apelo à Garantia Europeia para a Infância (2021), que fornece orientações e instrumentos para que os Países da União Europeia assegurem que todas as crianças em risco de pobreza tenham acesso a serviços essenciais.



Quadro 1. Enquadramento | Legislação Europeia

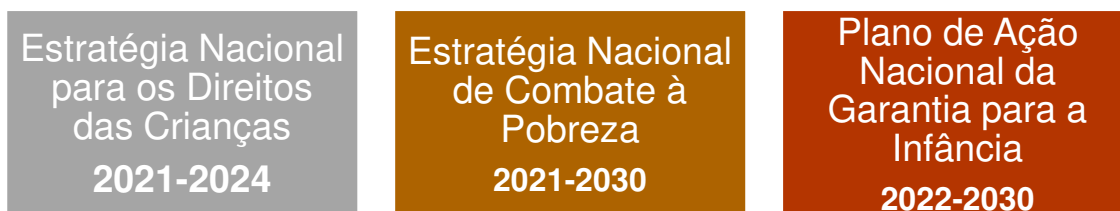
À luz da Recomendação Europeia, relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância, de 14 de junho de 2021, interpela-se à construção e ao aprofundamento de um quadro de políticas nacionais de luta contra a pobreza e à exclusão social das crianças e dos jovens, visando a quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza, desigualdade e desvantagem, a redução dos impactos socioeconómicos da pandemia da doença COVID-19 e, mais recentemente, da crise energética provocada pela Guerra na Ucrânia, bem como a subida dos preços decorrente do cenário económico inflacionista, afetando inegavelmente a qualidade de vida das populações. A estes impactos acrescem,

igualmente, os efeitos internacionais da Guerra no Médio Oriente (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024).



Quadro 2. Acesso a Direitos Fundamentais – Garantia Europeia para a Infância

Em Portugal, também os impactos socioeconómicos decorrentes da pandemia COVID-19 a par do crescendo de pessoas adultas, crianças e jovens em risco de pobreza ou exclusão social, reforçaram a pertinência da existência de uma Estratégia Nacional, aprovada em 2021: a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza ENCP (2021-2030), passando a identificar-se eixos prioritários de intervenção, em alinhamento com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



Quadro 3. Enquadramento | Legislação Nacional

Para a concretização dos objetivos da Garantia para a Infância é fundamental assegurar uma intervenção social integrada, com base numa atuação local e de proximidade aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tendo em conta as necessidades específicas das famílias, das crianças e dos jovens (ponto 6, alínea b da Recomendação Europeia), por forma a garantir uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para a resolução dos problemas.

Neste contexto, de destacar a articulação com os municípios, dada a sua posição privilegiada de proximidade às pessoas e ao território.

No âmbito de um quadro nacional mais transversal de luta contra a pobreza, destaca-se a aprovação, em outubro de 2023, do I Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal 2021-2025 (PAENCP 2021-2025), contemplando mais de 270 medidas a desenvolver, organizadas por seis eixos estratégicos, tendo o primeiro eixo como objetivo reduzir a pobreza nas crianças, jovens e suas famílias.

É neste contexto, internacional e nacional, que o PAGPI 2022-2030 congrega e articula um quadro integrado de políticas públicas com o objetivo de lutar contra a pobreza e a exclusão social das crianças e dos jovens e assegura a progressiva concretização da Recomendação Europeia, garantindo o acesso das crianças e dos jovens em situação de pobreza a um conjunto de serviços essenciais.

A estrutura da Garantia para a Infância, em Portugal, baseia-se num modelo de governação específico que comporta quatro níveis de atuação: a coordenação política (nível I); a implementação, acompanhamento e monitorização do PAGPI 2022-2030 (Nível II); os Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI) ao nível concelhio/local; de realçar neste nível III, o papel crucial que os NLGPI assumem na mobilização das entidades locais competentes e dos recursos

necessários para assegurar o acesso das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade aos serviços essenciais preconizados pela Recomendação Europeia. Em Évora, o Protocolo de Parceria para a Implementação e Acompanhamento do NLGPI foi assinado em 20 de junho de 2024, e a sua duração coincide com o período de vigência do PAGPI 2022-2030. No nível IV, um órgão consultivo, composto pelo Conselho Consultivo.

NOTA METODOLÓGICA

A metodologia utilizada na elaboração do Diagnóstico de Pobreza Infantil do Concelho de Évora, foi concebida e executada em torno de dois tipos de informação distinta e complementar entre si.

Procedeu-se à pesquisa de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística e outros serviços/ organizações), recolheram-se perceções dos profissionais que integram o NLGPI do concelho de Évora e que atuam em matéria de infância e juventude, optando-se por uma abordagem participativa e colaborativa.

Participaram um total de 14 organizações e 18 profissionais, num exercício de reflexão conjunta, no qual cada entidade foi convidada a propor 3 ações para solucionar/ mitigar áreas de vulnerabilidade. Foram apresentadas um total de 38 propostas, posteriormente agrupadas por similaridade. Num segundo momento os participantes e as organizações foram convidados a priorizar os 3 grupos de ações mais relevantes.

Posteriormente procedeu-se a uma filtragem das propostas, procurando agrupar e compilar as ações que se repetiam numa proposta única.

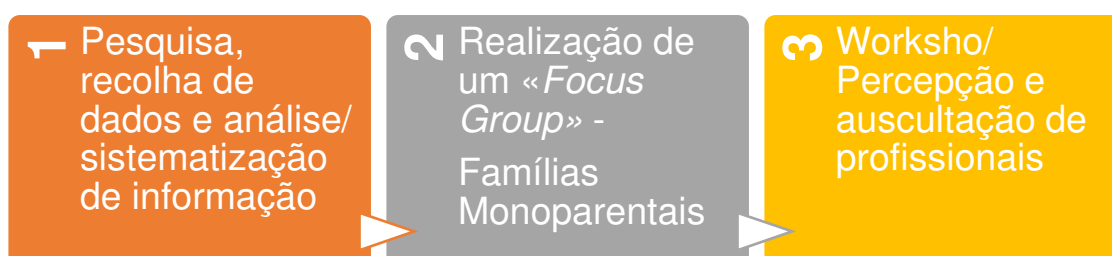
Foi ainda realizado um *Focus Group* junto de Famílias Monoparentais, para aprofundamento do tema, identificação de constrangimentos e desafios/ oportunidades futuras. Participaram um total de 7 pessoas, das quais 7 do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

A abordagem metodológica utilizada teve como propósito melhorar e aprofundar as informações disponíveis em matéria de pobreza infantil, pressupondo a utilização de indicadores quantitativos mas em complementaridade com indicadores qualitativos.

As perceções dos profissionais e intervenientes/ atores sociais que trabalham e intervêm nas diversas áreas em matéria de crianças e o *focus group*, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico. Esta informação foi produzida e recolhida em etapas distintas de trabalho. A maturidade técnica aliada à experiência de trabalho colaborativo identificam-se como cruciais.

O presente diagnóstico pretende fornecer um conjunto de informações que apoiem e suportem as etapas de planeamento a ser desenvolvido no concelho de Évora e a intervenção que se pretende concretizar neste território cuja metodologia utilizada permitiu uma leitura mais aprofundada sobre a realidade do concelho e identificação de pistas de intervenção.

Para o diagnóstico local, a amostra incidu na recolha de informação de indicadores de caracterização sociofamiliares das famílias (pessoas adultas com filhos menores de idade), em acompanhamento/ beneficiários de processos familiares ativos, em 2025, no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), da Câmara Municipal de Évora, incluindo crianças e jovens com ou sem prestação de garantia para a infância, pretendendo incidir naquelas que se encontrem em situação de pobreza extrema e/ou se encontrem numa situação de risco de pobreza ou exclusão social. Esta amostra permitiu recolher informação detalhada e localmente pormenorizada, após interpretação e análise dos resultados.

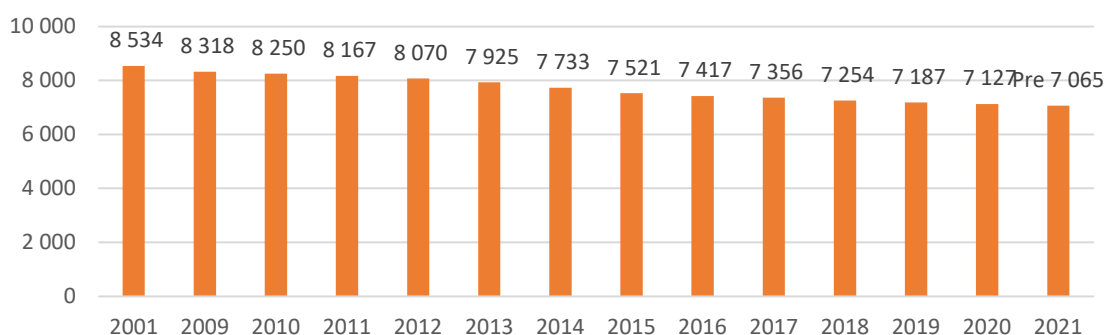


Quadro 4. Etapas Metodológicas

ANÁLISE DEMOGRÁFICA

De acordo com os dados dos Censos 2021, residiam no concelho 7 065 crianças até aos 14 anos de idade (13,2% do número total de residentes), valor que tem vindo a diminuir ao longo dos anos, com uma descida mais acentuada no grupo etário dos 0-4 anos.

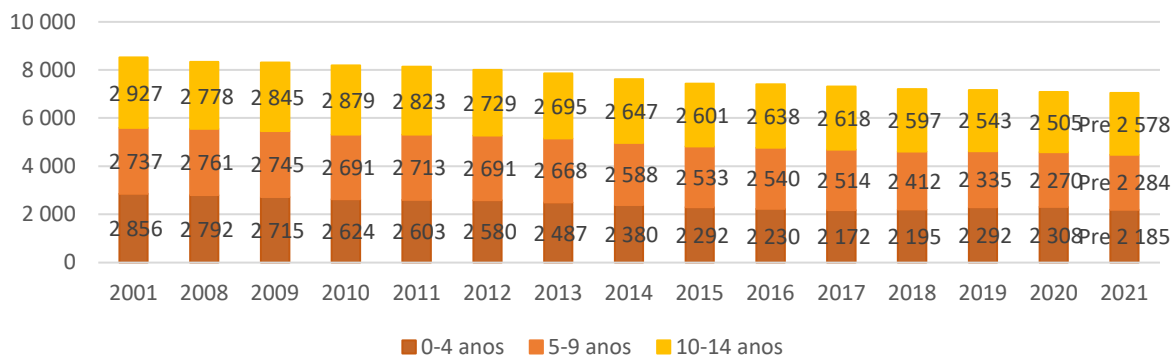
Gráfico 1 – População residente no concelho de Évora, menores até aos 14 anos de idade, entre os anos 2001 e 2021 (N.º)



Fonte: PORDATA

Pre - INE: dados provisórios Censos 2021

Gráfico 2 – População residente no concelho de Évora, até aos 14 anos de idade, por grupos etários, entre 2001 e 2020 (N.º)



Fonte: PORDATA

Pre - INE: dados provisórios Censos 2021

O envelhecimento populacional é uma realidade transversal a todo o território nacional. Em 2021, 23,6% da população residente no concelho tinha 65 ou mais anos de idade, sendo a maioria do sexo feminino.

Portugal é o terceiro País mais envelhecido da Europa e o quarto a nível mundial.

Em 2021, estima-se que o Índice de Dependência de Idosos no concelho (37,4%) seja superior ao registado a nível nacional (36,9) ainda que inferior ao registado na Região do Alentejo (44,6) e Alentejo Central (44,8).

Ao nível do Índice de Envelhecimento regista-se um aumento desde 2001, o que reflete o aumento da população idosa face ao número de crianças e jovens residentes no concelho.

Analisando a evolução da população residente até aos 14 anos de idade, nos últimos anos, é possível verificar que se registou uma diminuição do número de crianças dos três subgrupos etários, com uma ligeira recuperação nos dados previstos para o ano de 2021.

Esta diminuição é mais acentuada no grupo etário dos 0 aos 4 anos (perde 671 crianças entre 2011 e 2021). Uma situação agravada pelo facto de este ser o único grupo que não se prevê uma recuperação para o ano de 2021. Esta situação significa que estão a nascer cada vez menos crianças no concelho.

A análise da variação da população no concelho de Évora entre 2011 e 2021, por escalões etários mostra essa diminuição clara da população jovem e em idade adulta e o envelhecimento da população residente.

Tabela 1 – Variação da população residente no concelho de Évora, 2011-2021, por grupo etário (N.)

	0 – 14 anos	15-24 anos	25-64 anos	Mais de 65 anos
2011 - 2021	-1363	-271	-3137	+1466

Fonte: INE, Censos (dados provisórios) 2021

De acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, as freguesias, do concelho de Évora, com uma maior percentagem de população com idade até aos 14 anos, face ao total de população residente, são N.ª Sra.ª da Graça e Divor e Canaviais, com percentagens acima dos 14%.

As freguesias do concelho com um menor número de residentes com idade até aos 14 anos são S. Miguel Machede. S. Sebastião da Giesteira e Boa Fé e S. Bento do Mato, com valores abaixo dos 10%.

Tabela 2 – População residente no concelho de Évora, até aos 14 anos de idade, por freguesia (N.º e %) (2021)

Território	Total (n.º)	%
Évora	7085	13,22
Bacelo e Senhora da Saúde	2416	13,58
Canaviais	486	14,66
S. Mamede, Sé, S. Pedro e Sto. Antão	454	10,52
Malagueira e Horta das Figueiras	3002	13,92
N.ª Sr.ª da Tourega e N.ª Sr.ª da Guadalupe	135	13,56
N.ª Sr.ª da Graça e Divor	69	14,83
N.ª Sr.ª de Machede	115	12,24
S. Sebastião da Giesteira e N.ª Sr.ª da Boa Fé	85	9,15
S. Bento do Mato	94	9,48

Território	Total (n.º)	%
S. Manços e S. Vicente de Pigeiro	113	10,46
S. Miguel de Machede	59	8,57
Torre de Coelheiros	57	10,57

Fonte: INE, Censos (dados provisórios) 2021

O concelho de Évora registou, entre 2001 e 2021, uma diminuição do índice de dependência de jovens¹. Com valores que em 2001 estavam abaixo do valor nacional, mas que face à mais acentuada queda do valor nacional, estão acima deste nos dados provisórios de 2021.

Ainda assim, desde o ano de 2001 que o índice de dependência de jovens no concelho tem vindo a diminuir, mesmo que de forma ligeira. No ano de 2021, por cada cem pessoas entre os 15 e os 64 anos de idade, existiam aproximadamente vinte e uma com idade inferior a 15 anos, enquanto no ano 2001 existiam cerca de vinte e duas residentes do referido grupo etário.

Dados mais recentes, apontam para 9 874 crianças e jovens (0-19 anos), com maior prevalência nas freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras (INE, 2024).

Tabela 3 – Índice de Dependência de Jovens Nacional, Regional e Municipal, Évora (2001, 2011, 2021) (%)

Território	2001	2011	2021
Portugal	24,1	22,7	Pre 20,5
Alentejo	21,8	21,7	Pre 20,0
Alentejo Central	22,1	21,1	Pre 19,8
Évora	22,7	22,0	Pre 21,3

Fonte: PORDATA

¹ **Índice de Dependência de Jovens:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (INE).

EM SÍNTESE

- ▶ Segundo os dados dos censos de 2021, residem 7 065 crianças e jovens no concelho de Évora. O que representa 13,2% da população residente no concelho;
- ▶ O número de crianças e jovens até aos 14 anos no concelho de Évora tem vindo a diminuir ao longo da última década;
- ▶ A maior diminuição registou-se em idades entre os 0 e os 4 anos, o que significa que estão a nascer menos crianças no Concelho. Diminuição de 671 crianças entre 2011 e 2021, neste grupo etário;
- ▶ As freguesias com menor número de crianças e jovens são as freguesias de S. Miguel de Machede, S. Sebastião da Giesteira e Boa Fé, e S. Bento do Mato. As freguesias com maior número de jovens são as freguesias de Graça do Divor e Canaviais;
- ▶ O índice de dependência de jovens também tem vindo a baixar no concelho, ou seja, a proporção de crianças até aos 14 anos de idade face à população de idade adulta tem vindo a baixar. Em 2021 este índice, de acordo com os dados provisórios, situa-se nos 21,3 %;

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Évora

DIAGNÓSTICO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA CRIANÇAS E JOVENS (< 18 ANOS)

A partir da amostra apresenta-se seguidamente uma análise mais detalhada da população infanto-juvenil e população adulta, que totaliza e caracteriza 407 beneficiários, com processos familiares ativos, no SAAS da Câmara Municipal de Évora. Destes (407), 234 referem-se a crianças e jovens e 173 a pessoas adultas.

Relativamente às crianças e jovens, no total de 234, 53% correspondem ao sexo feminino (124) e 47% ao sexo masculino (110).

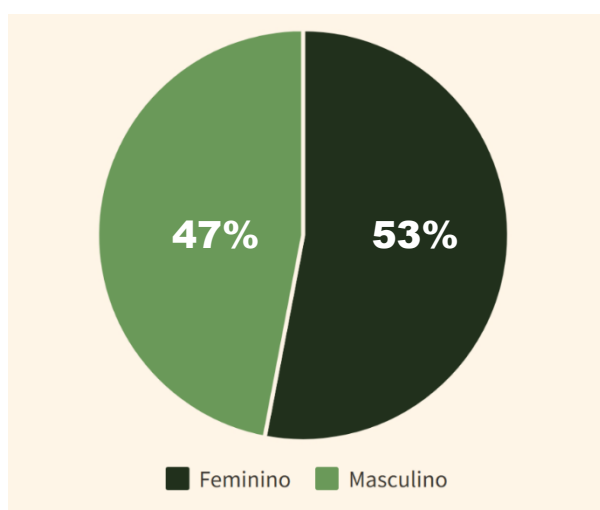


Gráfico 3 | Crianças e Jovens com distribuição por Sexo

A distribuição por grupo etário exibe uma presença mais expressiva, no grupo etário, dos 0-5 anos, num total de 90 crianças, seguida dos grupos etários dos 6-11 anos, com 83 e dos 12-17 anos, com 61 crianças e jovens, correspondendo a crianças em idade escolar obrigatória. Das 234 crianças, **112** mantêm frequência escolar, maioritariamente em estabelecimentos de ensino públicos.

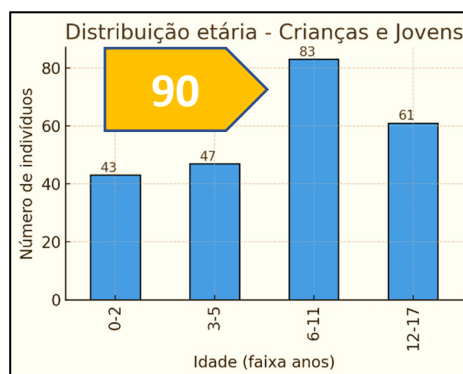


Gráfico 4. Crianças e Jovens com distribuição por grupo etário

Aproximadamente 92% das crianças e jovens têm nacionalidade portuguesa, com pouca expressão os casos de nacionalidade estrangeira. Nestes, a nacionalidade brasileira e a nepalesa, sobressaem no topo da lista das nacionalidades estrangeiras.

Quanto à distribuição das crianças e jovens por freguesia de residência tem maior prevalência, a união de freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras, no total de 140, seguida da união de freguesias do Bacelo e Senhora da Saúde (63) coincidentes com as freguesias urbanas mais populosas. Seguem-se as uniões de freguesias do Centro Histórico e S. Manços e S. Vicente de Pigeiro (cada uma com 9 crianças e jovens identificados), N. Sra. de Machede (5), Canaviais (4), S. Sebastião da Giesteira e Boa Fé (2) e S. Bento do Mato (2).

As freguesias rurais totalizam 22 crianças e jovens. Do total das 12 uniões de freguesia, 4 não estão representadas, respetivamente N. Sra. Graça e Divor, N. Sra. Tourega e Guadalupe, S. Miguel de Machede e Torre dos Coelheiros.

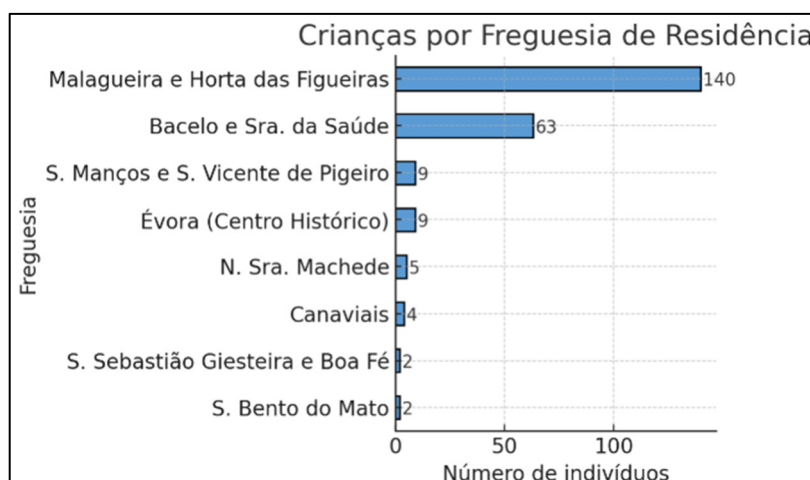


Gráfico 5. Crianças e Jovens com distribuição por Freguesia de Residência

DIAGNÓSTICO SOCIAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA **CRIANÇAS E JOVENS (< 18 ANOS)** **ACESSO À EDUCAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR E ENSINO OBRIGATÓRIO** **BARREIRAS DE ACESSO**

- **Acesso Gratuito à Refeição Escolar**

No grupo etário dos 6-11 anos e dos 12-17 anos, num total de 144 crianças e jovens, 90% beneficia de refeição escolar gratuita, ficando assegurada uma refeição diária. Do total de crianças e jovens (234), em 55 a situação “*não se aplica*”, 17 não dispõem de acesso gratuito e em 18 situações enquadram-se em “*sem informação*”.

- **Problemas de Absentismo Escolar**

Do total das crianças, em idade escolar, a maioria (127) não tem identificado o problema de absentismo. Verificam-se 6 casos (2,6%), em que tal situação é observada.

- **Apoios Escolares**

Da informação em análise, a maioria das crianças recebe apoios sociais escolares, no âmbito da Ação Social Escolar (alimentação e material escolar), num total de 144. Da informação apurada, resulta ainda que destas, 44 crianças beneficiam do Escalão A, da Ação Social Escolar. Contudo, são identificadas 17 crianças/ jovens que não beneficiam de qualquer apoio.

► **Quadro Síntese no Acesso à Educação:**

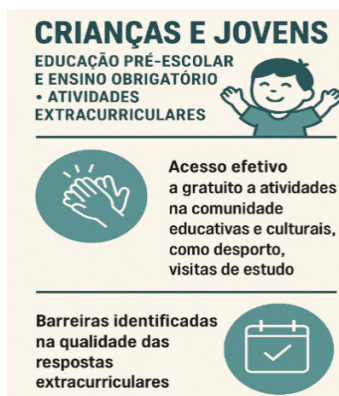


• **Barreiras identificadas na qualidade das respostas**

As barreiras na qualidade das respostas educativas identificadas, distribuem-se, pelas seguintes categorias: “*não beneficia de apoio para aquisição de vestuário*” (4); em 3 casos apontou-se a “*falta de transporte escolar*” e em 3 situações indicou-se que a criança “*não beneficia de medidas para prevenir o absentismo/ abandono escolar precoce, nomeadamente orientação personalizada e reforço de cooperação com as famílias*”, num total de 10.

A maioria dos registos em análise, não identificam barreiras e/ou estão tipificadas em “*Outras Barreiras*”.

DIAGNÓSTICO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA CRIANÇAS E JOVENS (< 18 ANOS) ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO OBRIGATÓRIO – ATIVIDADES EXTRACURRICULARES BARREIRAS DE ACESSO



- **Acesso efetivo e gratuito a atividades em contexto escolar - visitas de estudo, atividades recreativas, culturais e/ou desportivas**

A maioria das crianças e jovens em idade pré-escolar e a frequentar o ensino obrigatório (126), participa em visitas de estudo, atividades recreativas, culturais e/ou desportivas, o que equivale a 54% com acesso efetivo e gratuito a essas atividades, em contexto escolar. No entanto, 15 crianças (6%) não participam e 14 (6%) apenas têm acesso parcial ou pontualmente. Os restantes casos integram as variáveis “*não se aplicam*” e/ ou “*sem informação*”.

- **Acesso efetivo e gratuito a atividades na comunidade - atividades recreativas, culturais e/ou desportivas**

A participação em atividades na comunidade é reduzida. Apenas 7 das crianças e jovens em análise tem acesso efetivo a atividades desportivas, culturais ou recreativas na comunidade, e outras 6 participam esporadicamente, sendo predominantemente no contexto escolar que se verifica o acesso e a facilitação a atividades recreativas, culturais e/ou desportivas.

- **Barreiras identificadas nas atividades extracurriculares**

Das principais barreiras identificadas no acesso a atividades extracurriculares, a razão mais apontada foi o custo das atividades disponíveis na comunidade, em 92 casos, seguida do desconhecimento da existência de atividades disponíveis, em 68 casos, dificuldades de transporte para acesso às mesmas (2) e a inexistência de oferta de atividades na respetiva freguesia de residência (1). Nos restantes casos (28), não foram identificadas barreiras.

DIAGNÓSTICO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA CRIANÇAS E JOVENS (< 18 ANOS) ACESSO E SITUAÇÃO DE SAÚDE E BARREIRAS DE ACESSO

- **Acesso efetivo e gratuito a rastreios (prevenção)**

A maioria das crianças e jovens tem acesso efetivo e gratuito a rastreios de saúde. Registam-se 197 crianças e jovens que realizaram rastreios de visão, audição e saúde oral, ao abrigo dos programas de saúde existentes contra 23 (10%) que não acederam a rastreios e 14 casos apresentam-se “*sem informação*”.

- **Acesso efetivo e gratuito a cuidados primários de saúde (vigilância)**

223 das crianças (95%) beneficiam de acesso efetivo e gratuito a cuidados primários de saúde (com médico de família e inscritos em unidades de saúde familiar), com consultas de vigilância asseguradas. Regista-se 1 caso sem acesso e 4 casos, com acesso parcial (tem acesso mas não têm médico de família atribuído), sugerindo eventual cobertura ao nível dos cuidados de saúde primários na população infanto-juvenil analisada.

- **Acesso efetivo e gratuito a cuidados especializados (consultas, exames, tratamento, reabilitação ou terapias)**

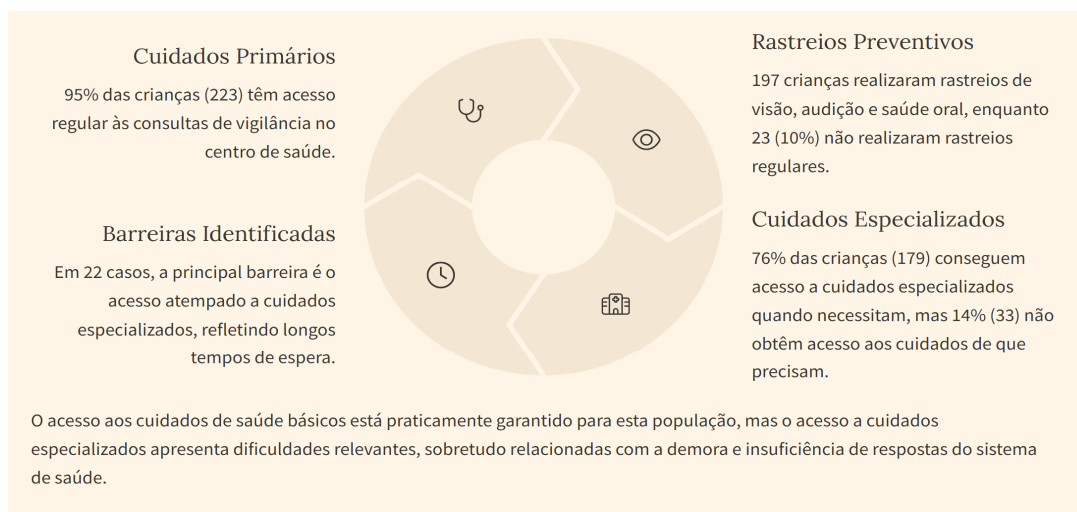
No que respeita a cuidados especializados, embora a maioria indique o acesso efetivo e gratuito, em 76% (179 crianças/ jovens), persistem 14% (33 crianças/ jovens) sem acesso aos cuidados de saúde especializados de que necessitam. Registam-se ainda 7 crianças com acesso parcial – por não terem acesso a todos os cuidados especializados necessários (6) ou devido aos mesmos não serem disponibilizados, em tempo útil (1).

- **Barreiras no acesso efetivo e gratuito de qualidade à saúde**

As barreiras identificadas dividem-se em: 22 casos tipificados em “*não consegue aceder atempadamente a cuidados especializados*”, refletindo tempos de espera longos ou dificuldade no acesso a consultas de especialidade. 5 casos que recolhem a “*ausência de medidas de prevenção/deteção precoce*”. Apenas 1 caso surge associado à incapacidade de suportar o custo da medicação necessária.

Contudo, na maioria dos registos (152), constam “*Outras barreiras*”. Ainda que o acesso aos cuidados de saúde primários se observe praticamente garantido, o acesso a cuidados especializados apresenta constrangimentos, sobretudo relacionadas com o tempo/ demora e a insuficiência/ fragilidade de respostas.

► **Síntese no Acesso à Saúde:**



DIAGNÓSTICO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA **PESSOAS ADULTAS (≥ 18 ANOS)**

De acordo com os dados recolhidos relativamente à população adulta, num total de 173, 107 (62%) correspondem ao sexo feminino e 66 (38%) ao sexo masculino, observando-se uma prevalência das mulheres no total das pessoas adultas caracterizadas, sugerindo um impacto resultante das famílias monoparentais e pelo facto da parentalidade ser assumida na esmagadora maioria, pelo elemento feminino.

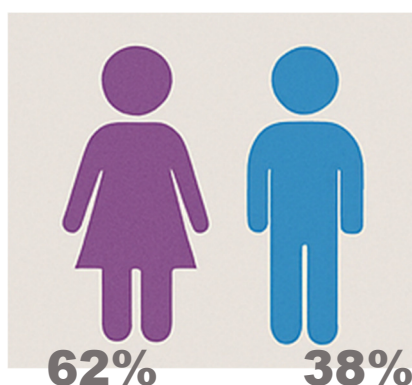


Gráfico 6. Pessoas Adultas com distribuição por Sexo

Quanto à distribuição por grupos etários, regista-se uma distribuição equilibrada, nos grupos etários, que correspondem a adultos em idade ativa: 59 pessoas, no grupo etário 35–49 anos e 57 pessoas, no grupo etário 25–34 anos. Seguem-se 36 pessoas enquadrados no grupo etário 18–24 anos e 19 pessoas no grupo etário 50–64 anos. O número mais baixo situa-se em 2 pessoas, com idade igual ou superior a 65 anos.

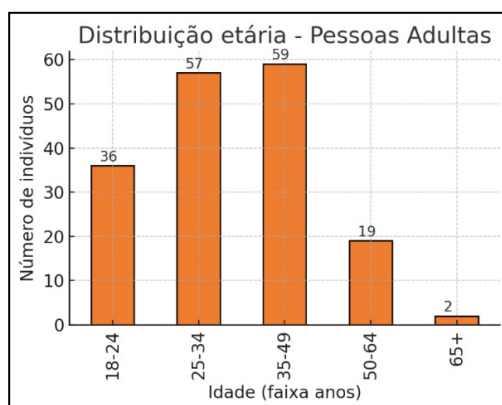


Gráfico 7. Pessoas Adultas com distribuição por Grupo Etário

Dos dados recolhidos e no que se refere ao nível de escolaridade das pessoas adultas, o mesmo apresenta-se tendencialmente baixo, com 38 pessoas (22%) sem habilitações escolares, 9 (5%) com o ensino secundário e 3 (1,7%) com o ensino superior. 76 pessoas (44%) surgem classificadas em “*Outra*” e 47 “*sem informação*”.

Dos dados analisados, mais de dois terços das pessoas adultas têm frequência e/ou o 1º ciclo do ensino básico ou nenhuma escolaridade/ ausência de habilitações, refletindo baixa qualificação escolar, onde os filhos – crianças e jovens detêm iguais e/ou superiores níveis de escolaridade.

No que respeita à análise acerca da distribuição geográfica, por freguesia de residência, observa-se a tendência verificada nas crianças e jovens, com a maior concentração, na união de freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras (105), seguida da união de freguesias do Bacelo e da Sra. da Saúde (43).

À união de freguesias do Centro Histórico correspondem 12 pessoas e as restantes repartem-se pelas demais freguesias rurais, de que é exemplo a união

de freguesias de N. Sra. de Machede, S. Manços e S. Vicente de Pigeiro, Canaviais e S. Bento do Mato, num total de 13 elementos.

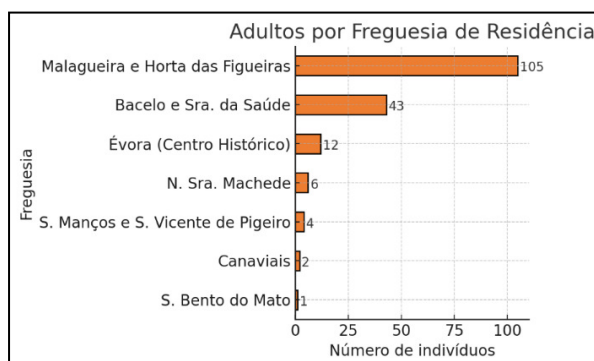


Gráfico 8. Pessoas Adultas com distribuição por Freguesia de Residência

Do total das pessoas adultas (173), a maioria é de nacionalidade portuguesa (87%) e 13% corresponde a outras nacionalidades, onde se incluem a nacionalidade brasileira, nepalesa, costa-marfinense, bengali, cabo-verdiana e guineense.

Quanto à situação profissional, das 173 pessoas adultas, a maioria, 135 (78%), está desempregada, onde 120 pessoas (69%) enquadram-se em desemprego de longa duração, e as outras 15 (9%) com desemprego (há menos de um ano).

31 pessoas (18%) estão empregadas, 3 em situação de pensionista, 2 registam trabalhos ocasionais e 2 pessoas encontram-se incapacitadas temporariamente para o trabalho.

A leitura dos dados revelam elevado índice de desemprego entre pessoas adultas, em idade ativa, aproximadamente 80%, evidenciando-se forte exclusão do mercado de trabalho, e conduzindo muitas famílias e respetivos agregados a depender de prestações, apoios e subsídios sociais e a recorrer a serviços e respostas locais existentes.

No que respeita ao valor médio de rendimento mensal do agregado familiar, a amostra diz-nos que a maior parte das famílias enquadra-se em níveis baixos de rendimento: 56, com rendimento até ao IAS (522,50€ mensais), 141, com rendimento entre o IAS e o Salário Mínimo Nacional (até 870€) – sendo este o escalão mais representativo, correspondendo a 35% do total da amostra. 61, com rendimento que vai desde o salário mínimo até 1 000€.

Em 46 situações (11%) existe um rendimento familiar superior a 1 000€. Registam-se 12 casos (3%), sem qualquer rendimento associado, 38 “sem informação” e 50 com “não se aplica”.

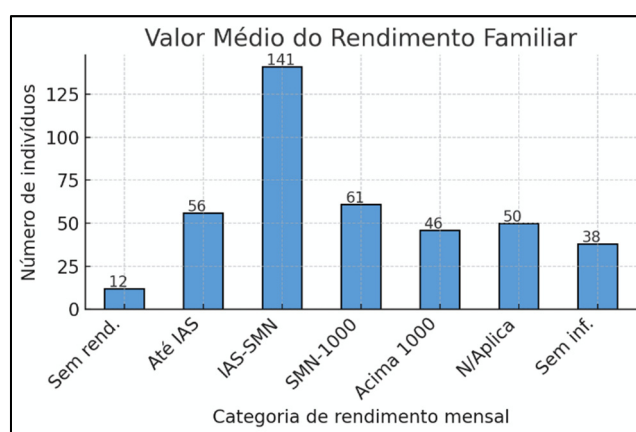


Gráfico 9. Agregados Familiares distribuídos por Valor Médio do Rendimento

No que respeita aos meios de subsistência, a principal e/ou única fonte de rendimento das famílias em análise, reside na prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI), abrangendo 277 pessoas (68%) do total. 33 (8%) têm como meio de subsistência predominante os rendimentos de trabalho dependente e 19 (5%) vivem em agregados familiares sem qualquer rendimento.

Existem ainda 9 situações, com subsídio de desemprego, 2 com pensões de velhice e/ou sobrevivência e 2, com bolsas de formação/ estudo, confirmando que o sustento económico destas famílias assenta fortemente em apoios e prestações sociais, recolhendo pouca expressão os rendimentos de trabalho dependente, empresariais e profissionais e/ou outros.

São contabilizadas 18 crianças, a beneficiar da prestação de Garantia para a Infância e 25 crianças com Abono de Família (1º e 2º escalão).

Analisando ainda os agregados familiares por tipologia de família, verifica-se que a maioria, 55% correspondem a famílias nucleares (casal com filhos), não sendo de descurar as 31% de situações correspondentes a famílias monoparentais, constituídas por um único elemento adulto com filhos a cargo, com equivalência a uma só remuneração. Em 6% correspondem famílias alargadas (com 3 ou mais filhos).

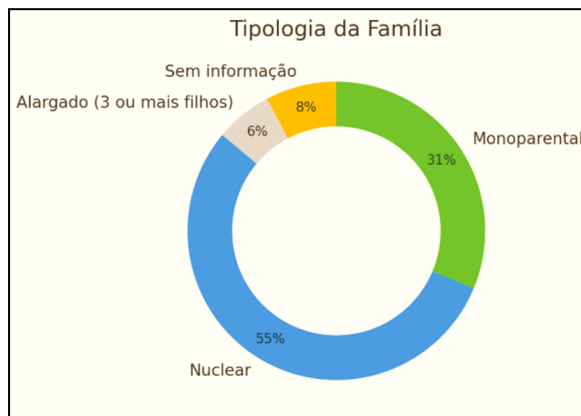


Gráfico 10. Agregados Familiares distribuídos por Tipologia de Família

DIAGNÓSTICO LOCAL E CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA CRIANÇAS, JOVENS E PESSOAS ADULTAS

► Situação Habitacional

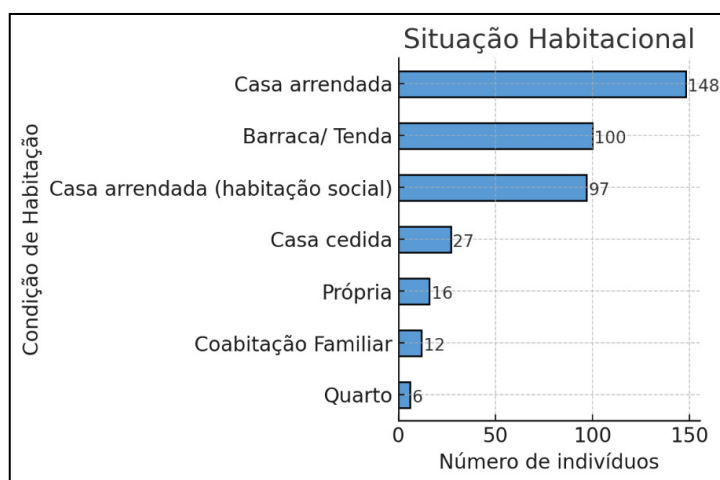


Gráfico 11. Agregado Familiar com distribuição por Situação Habitacional

No que refere à situação habitacional das famílias em análise, observa-se que apenas 16 pessoas possuem e vivem em habitação própria (3,9%), sendo que a maioria, 245 vive em casas arrendadas, das quais 148 (36%), no mercado de arrendamento livre e 97 (24%) em habitação social.

Também um número significativo – 100 pessoas (24,5%), encontra-se a viver em “barracas ou tendas”. De realçar ainda, 27 pessoas a viver em casas cedidas por terceiros (inclui-se, por exemplo cedência temporária de familiares ou outros) e 12 em regime de coabitação familiar.

Há ainda 6 situações cuja condição habitacional se resume ao arrendamento de um quarto em casa partilhada com outras pessoas com quem não existe ligação e/ou relação de parentesco.

No que se refere às barreiras no acesso efetivo a uma habitação digna foi identificada como barreira, na maioria das situações, a família “*não beneficiar de acesso prioritário e atempado a habitações sociais ou outros programas de apoio*”, mantendo-se a viver em situação precária e em privação severa das condições de habitação, sem resposta em programas de apoio alternativos habitacionais e/ou refletindo-se no aumentando da sobrecarga de despesas mensais em habitação.

▶ Alimentação Saudável

No que respeita ao Acesso a Alimentação Saudável, regista-se uma parte significativa dos agregados familiares a necessitar de suporte e apoio alimentar para suprir necessidades alimentares básicas: 111 pessoas (27%) estão abrangidos pelo programa POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. 38 beneficiam de apoios alimentares garantidos por outras entidades (de que é exemplo, o “*Cartão Dá*”/ Cruz Vermelha Portuguesa ou o recurso à *Refood*) e 21 beneficiam da resposta Banco Alimentar. De realçar que a maioria, 172 pessoas (42%) não beneficia de apoio alimentar.

► Rede Social de Suporte

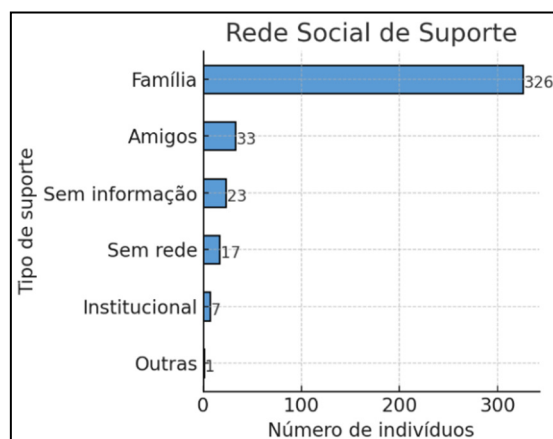


Gráfico 12. Rede Social de Suporte

Relativamente à Rede Social de Suporte, verifica-se que a esmagadora maioria (80%), que equivale a 326 pessoas, indica a família como rede de suporte. Em menor número (8%), que equivale a 33 pessoas, indica os amigos. Em 7 casos (cerca de 1,7%), o suporte identificado é a rede institucional – que recolhe o valor mais baixo, dentro do total de categorias em análise.

Destacam-se 17 pessoas (4%) que não indicam e/ou reconhecem qualquer rede social de suporte.

► Situação Familiar e Vulnerabilidades Identificadas

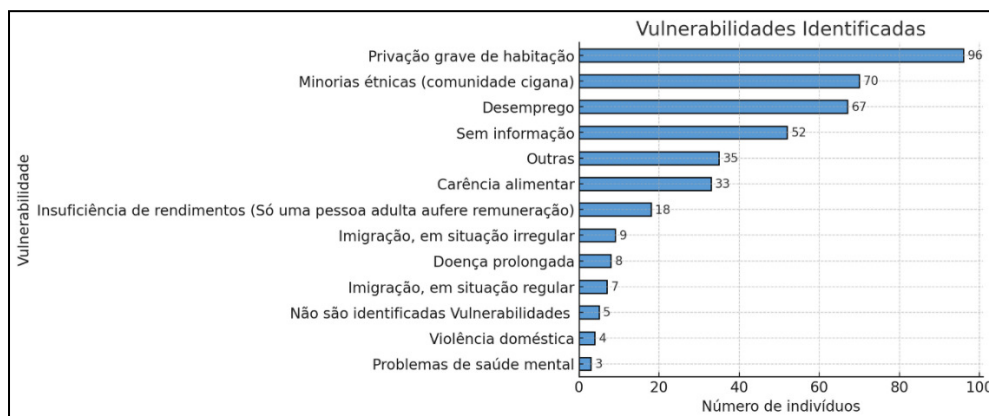


Gráfico 13. Agregados Familiares e Vulnerabilidades Identificadas

Do conjunto de vulnerabilidades em análise, a maioria identifica a privação grave de habitação (96 casos), seguida da pertença a minorias étnicas, nomeadamente comunidade cigana (70) e desemprego (67). Seguem-se 33 casos em situação de carência alimentar e 18 onde é identificada a insuficiência de rendimentos (só uma pessoa adulta a auferir remuneração). A imigração (em situação regular (7 casos) ou em situação irregular – 9 casos), atinge um total de 16 situações e os problemas de saúde identificam-se em 8 pessoas com doença prolongada/crónica associada e 3 com problemas de saúde mental, num total de 11 elementos. A identificação de práticas de violência doméstica na família, foram comunicadas em 4 situações.

Importa notar que em 5 casos não foram identificadas vulnerabilidades embora sem expressão significativa atendendo a que a maioria dos elementos caracterizados tem associada pelo menos uma vulnerabilidade. Estes múltiplos fatores, dimensões e vulnerabilidades podem acumular-se na mesma família,

podendo traduzir-se num agravamento dos ciclos de exclusão e maior complexidade e desafios à intervenção.

EM SÍNTESE...

- ▶ A análise incidiu em 407 beneficiários de processos familiares acompanhados pelo SAAS – Câmara Municipal de Évora.
- ▶ 234 crianças e jovens e 173 pessoas adultas com existência de situações de vulnerabilidade social/ carência económica e social.
- ▶ 55% das crianças e jovens integram famílias nucleares e 31% famílias monoparentais.
- ▶ As vulnerabilidades mais identificadas, nestas tipologias são a privação grave da habitação, as crianças oriundas de minorias étnicas (como é exemplo a comunidade cigana), o desemprego, a carência alimentar e a insuficiência de rendimentos.
- ▶ Embora no concelho de Évora, se observe um aumento da população estrangeira nos últimos anos, dos 407 elementos em análise, 87% tem nacionalidade portuguesa e 13% tem nacionalidade estrangeira;
- ▶ Sexo feminino prevalece relativamente ao masculino, quer nas crianças e jovens, onde 53% são meninas e raparigas e nas pessoas adultas, 62% são mulheres.
- ▶ A União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras é das freguesias onde vivem mais famílias (crianças, jovens e pessoas adultas) (245), seguida da União de Freguesias Bacelo e Senhora da Saúde (106).
- ▶ Regista-se uma escolaridade baixa, com 22% das pessoas adultas sem habilitações e apenas 1,7% possui o ensino superior.
- ▶ Das pessoas adultas, 68% estão desempregadas, o meio de subsistência é o Rendimento Social de Inserção e o valor médio de rendimento familiar situa-se entre o IAS-SMN, em 35%.
- ▶ O desemprego de longa duração é mais significativo nas famílias nucleares.
- ▶ Os dados revelam que 90% das crianças e jovens têm refeição escolar garantida e gratuita, 54% tem acesso a atividades extracurriculares e 7%

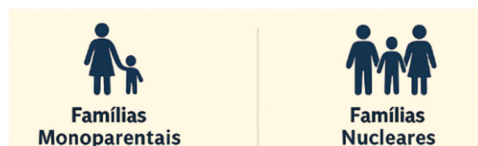
participa em atividades comunitárias (recreativas, culturais e/ou recreativas).

- ▶ O custo das atividades comunitárias é a barreira mais apontada na tipologia: acesso das crianças e jovens a atividades na comunidade.
- ▶ O acesso à saúde/ cuidados de saúde primários é garantido em 95% mas o acesso a cuidados de saúde especializados, com tempos de espera longos são as principais barreiras identificadas.
- ▶ A população da amostra identifica dificuldade no acesso prioritário a habitação social ou a outros programas de apoio: apenas 24% vive em habitação social e 36% em casas arrendadas (em mercado livre de arrendamento) e 24,5% vive na tipologia "barraca/ tenda".
- ▶ A rede social de suporte mais identificada é a família.

DIAGNÓSTICO SOCIAL E CARACTERIZAÇÃO

SOCIODEMOGRÁFICA

FAMÍLIAS NUCLEARES E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS



Neste capítulo, o objetivo é identificar diferenças e semelhanças entre estas duas tipologias de família, nas cinco dimensões analisadas: Situação Profissional, Valor Médio de Rendimento, Meio de Subsistência, Vulnerabilidades Identificadas e Rede Social de Suporte.

A população em análise totaliza 349 agregados familiares com crianças e jovens, dos quais 222 (55%) correspondem a famílias nucleares e 127 (31%) a famílias monoparentais.

No que respeita à situação profissional, observa-se que nas famílias nucleares predomina (31%) uma situação de desemprego de longa duração: cerca de 34% das pessoas adultas estão desempregadas há mais de um ano, comparativamente ao observado, em 19% das famílias monoparentais.

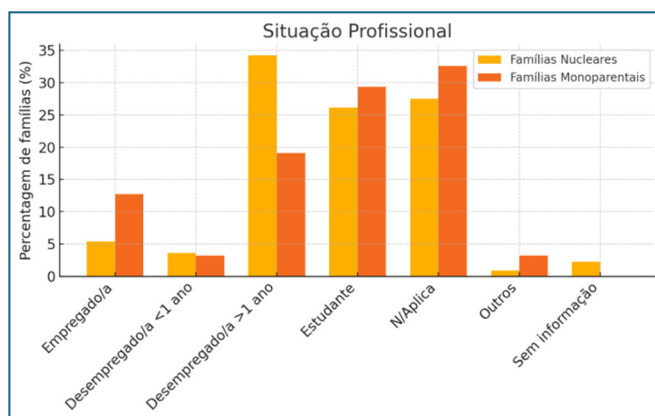


Gráfico 14. Tipologia de Família por Situação Profissional

Nas famílias que integram duas pessoas adultas, é mais comum nenhum dos elementos adultos ter emprego há mais de um ano. A proporção de pessoas adultas empregadas, nas famílias nucleares é baixa (apenas 5% têm emprego), enquanto nas monoparentais é aproximadamente o dobro (13%).

De realçar ainda que nas famílias monoparentais existem entre 1% a 2% de casos onde se registam trabalhos ocasionais e pensionistas, categorias estas sem expressão nas famílias nucleares.

Os dados indicam que as famílias nucleares enfrentam uma taxa mais elevada de desemprego prolongado e têm menos pessoas empregadas quando comparadas com as monoparentais, evidenciando uma situação laboral globalmente mais precária e frágil.

Em termos de valor médio de rendimento familiar, as famílias nucleares apresentam, em geral, rendimentos superiores às famílias monoparentais. Observa-se que 47% das famílias nucleares auferem um rendimento médio que se situa entre o IAS e o SMN (acima do valor do IAS – Índice de Apoios Sociais, €522,50 – até ao salário mínimo nacional, €870).

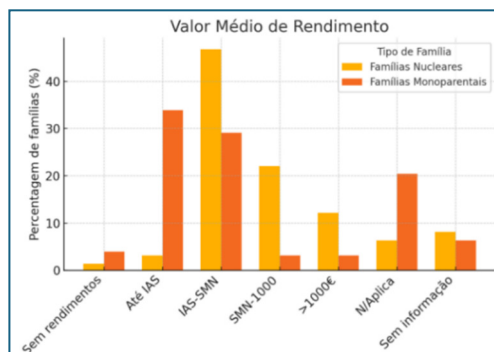


Gráfico 15. Tipologia de Família e Valor Médio de Rendimento

Nas famílias monoparentais, essa faixa de rendimento é menor (cerca de 29%). É ainda evidente, a proporção de famílias monoparentais nos escalões de rendimento mais baixos: aproximadamente 34% das famílias monoparentais têm rendimentos até ao valor do IAS, situação que abrange apenas cerca de 3% das famílias nucleares. Além disso, na tipologia das famílias nucleares nenhuma está sem qualquer rendimento, enquanto cerca de 4% das monoparentais está categorizada em “*sem rendimentos*”.

Aproximadamente 12% das famílias nucleares possuem rendimento médio superior a 1 000€, conseguindo em média, aceder a rendimentos mais elevados por combinarem duas fontes de rendimento e ao contrário, as famílias monoparentais estão limitadas a um único rendimento.

Em síntese, os valores médios de rendimentos evidenciam uma clara vantagem das famílias nucleares – menos incidência de rendimentos muito baixos e maior presença nos escalões superiores. As famílias monoparentais têm maior concentração nas faixas de rendimento com salários mais baixos.

No que respeita ao meio de subsistência, apresentam-se diferenças entre as duas tipologias de família. É particularmente notória a incidência da prestação de RSI (Rendimento Social de Inserção) nas famílias nucleares: cerca de 80% das famílias nucleares tem o RSI como principal fonte e meio de subsistência, contrastando com aproximadamente 47% no que respeita às famílias

monoparentais, significando que quatro em cada cinco agregados familiares de famílias nucleares “viverem” desta prestação social e nas famílias monoparentais tal proporção, embora elevada, é bastante menos evidente.

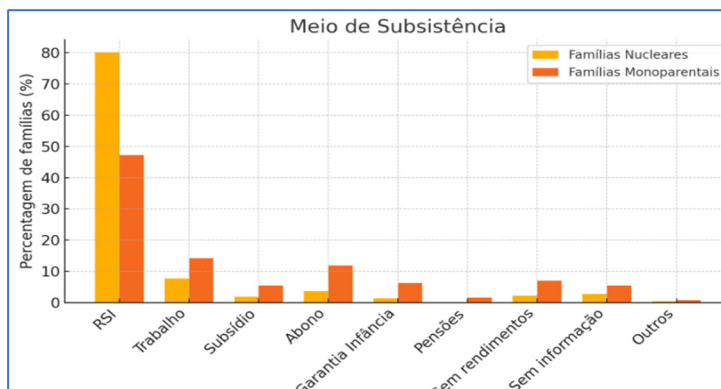


Gráfico 16. Tipologia da Família por Meios de Subsistência

Reforça-se que as famílias nucleares dependem significativamente da prestação de RSI, e as famílias monoparentais, embora também suportadas pelo RSI, apresentam um leque mais alargado de meios de subsistência – com maior presença de rendimentos do trabalho e/ ou de outras prestações sociais.

Verifica-se que as famílias monoparentais contam com uma maior diversificação de fontes de rendimento. Aproximadamente, cerca de 14% das famílias monoparentais tem como principal meio de subsistência, os rendimentos do trabalho dependente, mais do que o dobro da verificada nas famílias nucleares, aproximadamente 8%.

Também as prestações sociais, de desemprego ou doença são ligeiramente mais comuns nas monoparentais (5,5%) do que nas famílias nucleares (1,8%).

As prestações familiares, como o abono de família e a garantia para a infância, têm maior expressão e significado, nas famílias monoparentais, cerca de 12% indicam esse apoio, e as famílias nucleares em 4%.

Em 6% das famílias monoparentais, a prestação de garantia para a infância é o principal e único meio de subsistência superando 1% relativamente às famílias nucleares. Importa referir que a percentagem de agregados sem qualquer rendimento é maior nas famílias monoparentais (7%) do que nas famílias nucleares (2%).

Seguem-se as principais vulnerabilidades identificadas em ambas as tipologias de família em análise, observando-se padrões de vulnerabilidade que diferem substancialmente entre famílias nucleares e monoparentais.

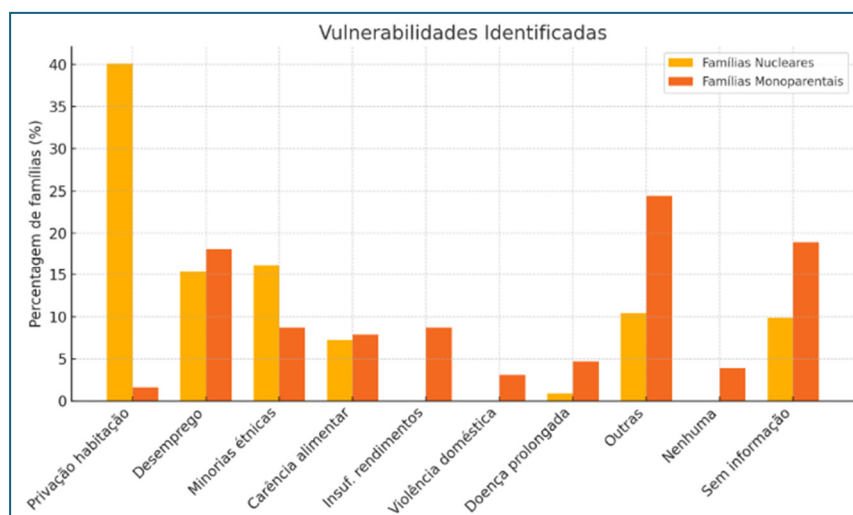


Gráfico 17. Tipologia de Família e Vulnerabilidades

A privação grave de habitação sobressai como a principal vulnerabilidade identificada pelas famílias nucleares, em cerca de 40%. Nas famílias monoparentais apenas tem representatividade em 1,6% dos casos.

O Desemprego, está presente em 15% das famílias nucleares e em 18% das monoparentais, sobressaindo como uma das vulnerabilidades com impacto em ambos os grupos.

A vulnerabilidade com correspondência a minorias étnicas (comunidade cigana), é indicada como vulnerabilidade em 16% das famílias nucleares e em 9% das famílias monoparentais.

A carência alimentar afeta proporções semelhantes em ambas as tipologias de família, aproximadamente entre 7%–8% e afeta de forma equivalente crianças e jovens.

Algumas vulnerabilidades aparecem quase exclusivamente nas famílias monoparentais, entre as quais: “*insuficiência de rendimentos* (só uma pessoa adulta auferir remuneração)”, reportada em 8,7%, “*violência doméstica*”, identificada em cerca de 3% e “*doença prolongada*”, em 4,7%.

No que se refere à rede social de suporte, verificam-se diferenças entre famílias nucleares e famílias monoparentais. A família é identificada como o principal apoio para ambas, mas de forma mais marcada nas famílias nucleares, em 86%.

Nas famílias monoparentais essa percentagem é menor, situando-se em 65%. 18% das famílias monoparentais indicam os “*amigos*” como principal rede de apoio, percentagem significativamente superior aos 4,5% observada nas famílias nucleares.

Quanto à rede institucional, em 3% das famílias nucleares, é indicado como rede de suporte enquanto que nenhuma das famílias monoparentais identificou a rede institucional enquanto suporte e apoio.

Por fim, verifica-se que a proporção de agregados familiares sem qualquer rede social de suporte é relativamente baixa em ambas as famílias, pautando-se por ligeiramente superior nas famílias nucleares (cerca de 3,6%) quando comparada com as famílias monoparentais (3,1%).

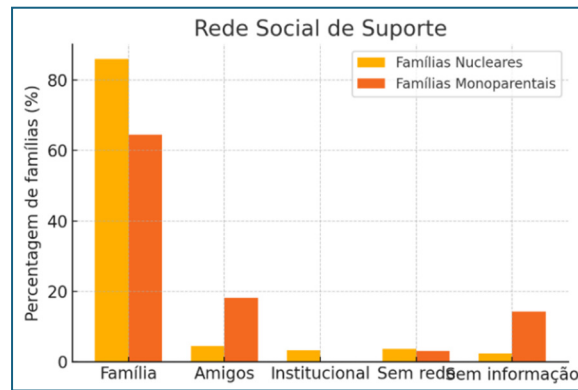
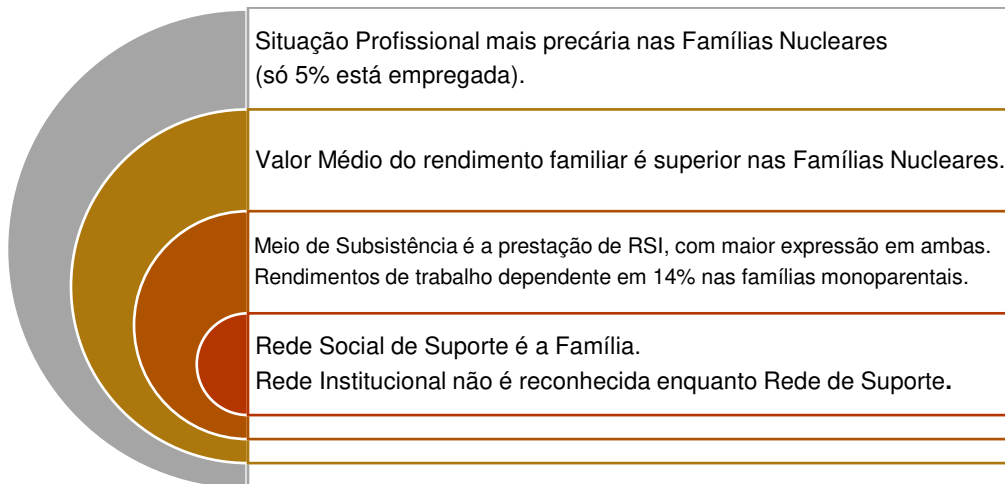
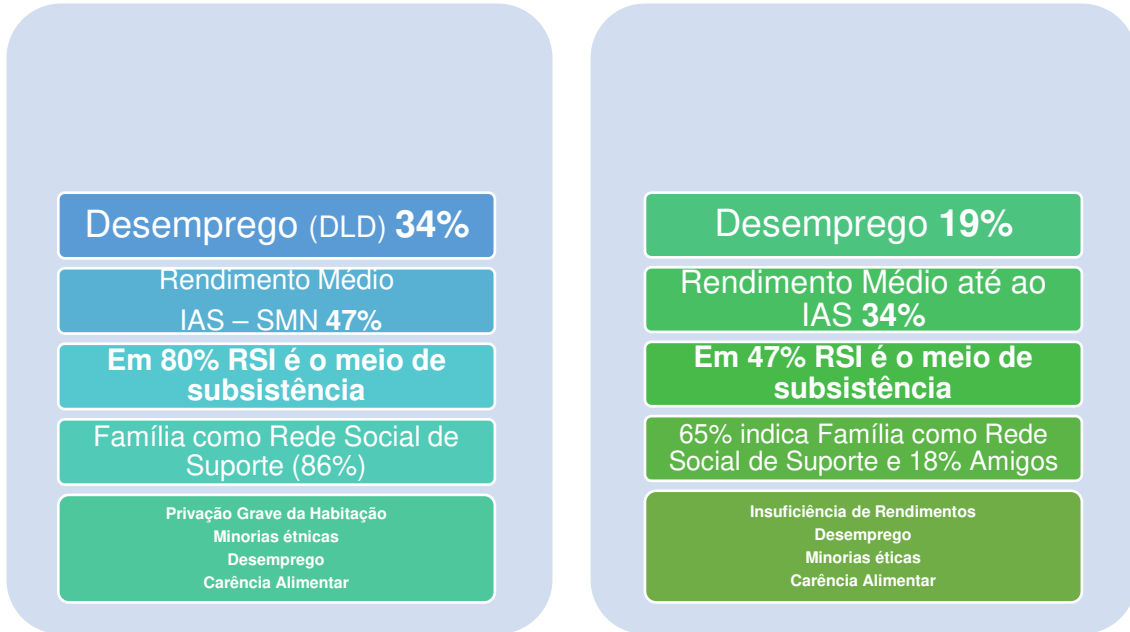


Gráfico 18. Tipologia de Família e Rede Social de Suporte

EM SÍNTESE...

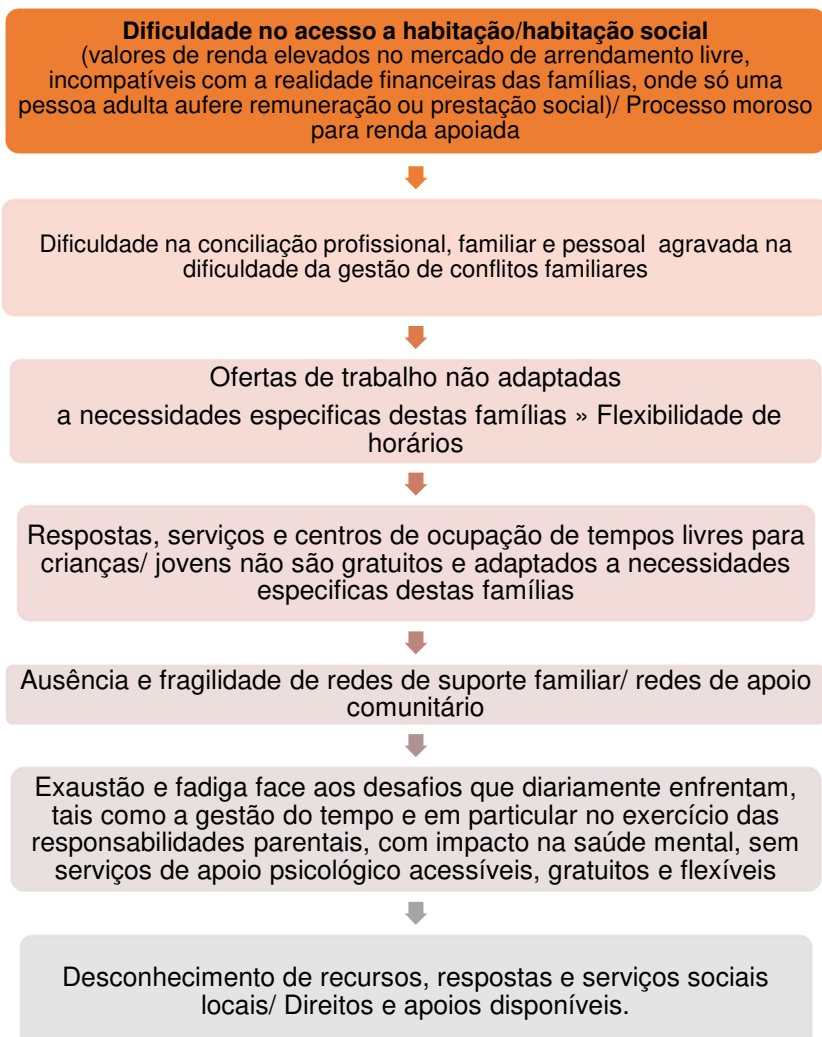
FAMÍLIAS NUCLEARES E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS



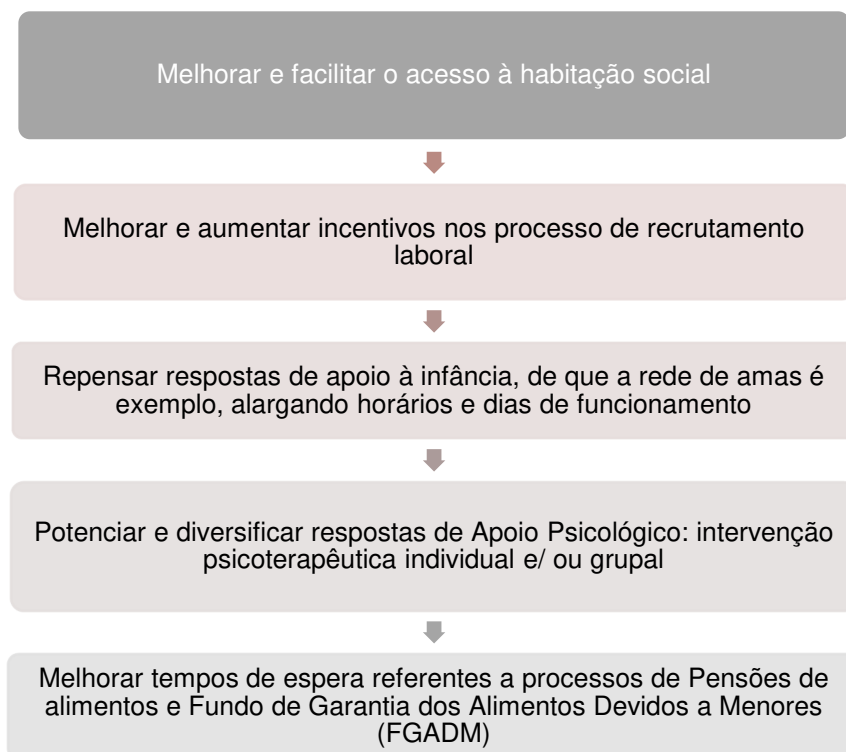
RESULTADO DO *FOCUS GROUP* – FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Foi ainda realizado um *Focus Group* junto de Famílias Monoparentais, para aprofundamento do tema, identificação de constrangimentos e desafios/ oportunidades futuras. Participaram um total de 7 pessoas, das quais 7 do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

► **Constrangimentos:**



► **Soluções:**



PRINCIPAIS DADOS DO DIAGNÓSTICO E CONCLUSÕES

Tendo por base os principais resultados e conclusões do Diagnóstico Local de Pobreza Infantil do concelho de Évora sustentado ainda na prática diária, perceções, necessidades e expetativas dos profissionais e organizações que integram o NLGPI, foi realizado um exercício de reflexão conjunta, no qual cada entidade sugeriu 3 ações para solucionar/ mitigar as áreas de vulnerabilidade apontadas anteriormente.

Foram apresentadas um total de 38 propostas que foram sendo agrupadas por similaridade.

Num segundo momento os participantes foram convidados a priorizar os 3 grupos de ações mais relevantes.

Posteriormente procedeu-se a uma filtragem das propostas, procurando agrupar e compilar as ações que se repetiam numa proposta única.

Total de Grupos	Total de Propostas Identificadas pelo Grupo de Trabalho, para o Concelho de Évora
<p>Grupo 1.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer competências sociais e pessoais junto das famílias/ capacitação ▪ Fortalecer competências sociais e pessoais junto de crianças e jovens/ capacitação ▪ Mitigar obstáculos/ educação plena das crianças e jovens: <i>(dependência dos ecrãs, a mãe que cria confusão à porta da escola, o adulto que faz de advogado da criança malcriada, um sistema que aprova alunos sem os preparar para o futuro)</i> ▪ Ações de sensibilização para os pais sobre várias temáticas ▪ Identificar os adultos com lacunas ao nível do “Saber estar”, de hábitos de higiene, etc...por forma a facilitar o acesso ao emprego e trabalhá-los nesse sentido
<p>Grupo 2.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar rede de creches gratuitas ▪ Aumentar vagas nas creches ▪ Aumentar/ melhorar resposta de amas familiares

- Pré-Escolar obrigatório e gratuito
- Proposta de pelo menos uma creche com horários alargado para crianças cujos pais trabalham por turnos, ou em hotelaria/restauração/fábricas

Grupo 3.

- Atividades de tempos livres em períodos não escolares de forma gratuita
- Aumentar número de vagas em ATL e acesso à refeição
- Reforçar rede de ATLs gratuitos
- Atividades para crianças com limitações – em período de férias
- Fornecimento de lanches durante as atividades de tempos livres
- Mais Atls em períodos não escolares – gratuitos

- ATLs/ voluntariado, Universidade Sénior, Ludoteca (horas determinadas)

Grupo 4.

- Chamar aos grupos de trabalho os empresários
- Qualificar pais/ jovens em situação de desemprego sem qualificações
- Incentivar o acesso à qualificação: IEFP/ Centro Qualifica
- Escolas: preparar mais para a vida adulta, como fazer um CV?
- Promover o incentivo das pessoas de baixa escolaridade a frequentar ações de formação profissional de dupla certificação e RVCC por forma também a facilitar a entrada no mercado de trabalho

Grupo 5.

- Incentivar o associativismo juvenil/ bairro/ concelho
- Estratégias para a participação das crianças e jovens

Grupo 6.

- Políticas em termos de mobilidade

Grupo 7.

- Acompanhamento às famílias (saúde, educação, terapêutico)
- Trabalhar/ criar um programa específico para intervir com famílias com foco em matéria de infância e juventude
- Colmatar necessidades identificadas para o bem-estar das crianças (Exemplo: camas, secretárias com entidades parceiras)
- Capacitação/ especialização de técnicos para intervir com famílias, com foco em matéria de infância e juventude
- Reforço de respostas para intervenção familiar sistémica

Grupo 8.

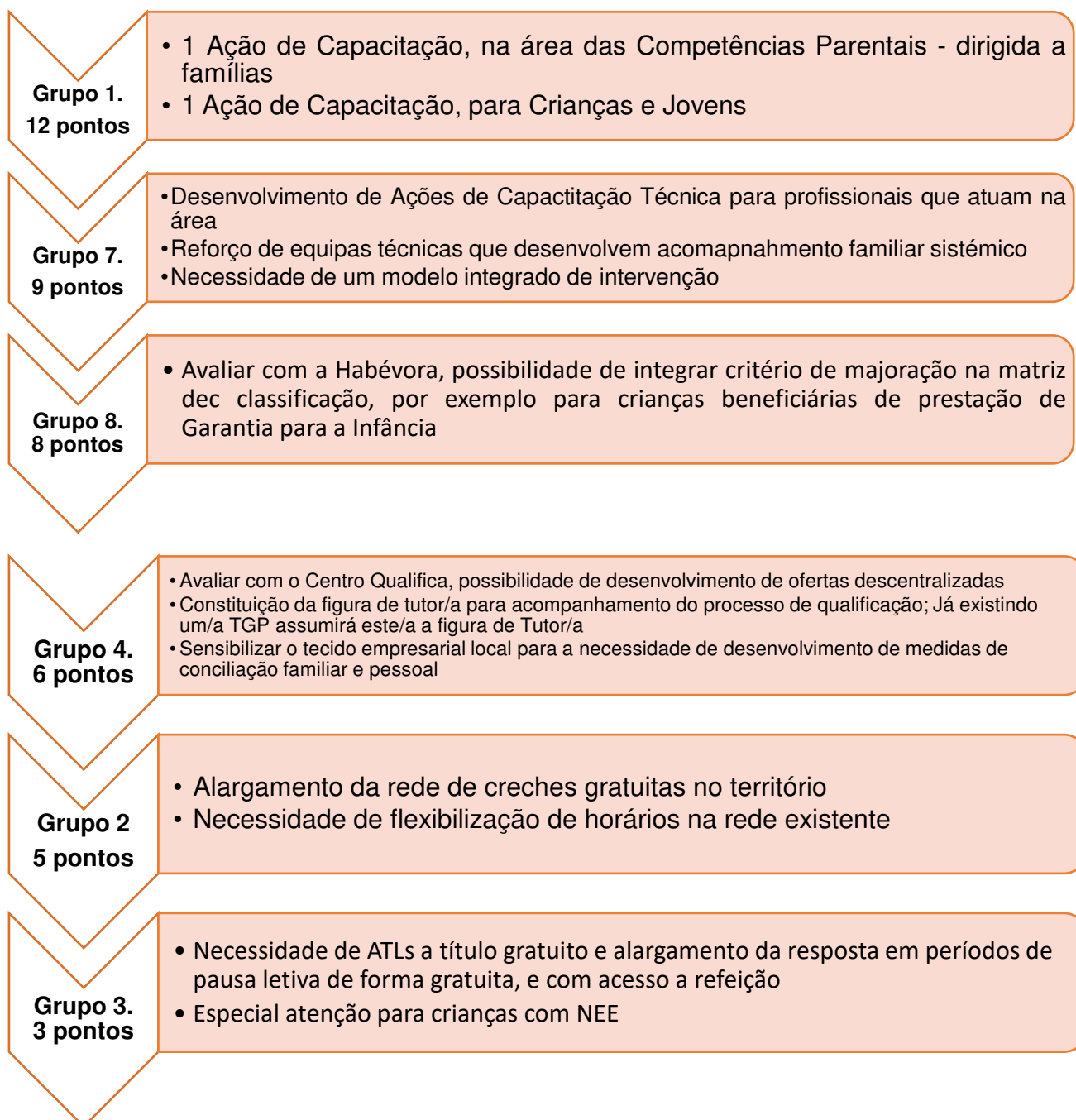
- Processos mais rápidos na atribuição de habitação
- Recomendação habitação/ políticas públicas
- Critério de majoração na Habévora (por exemplo: crianças com prestação de garantia para a infância)

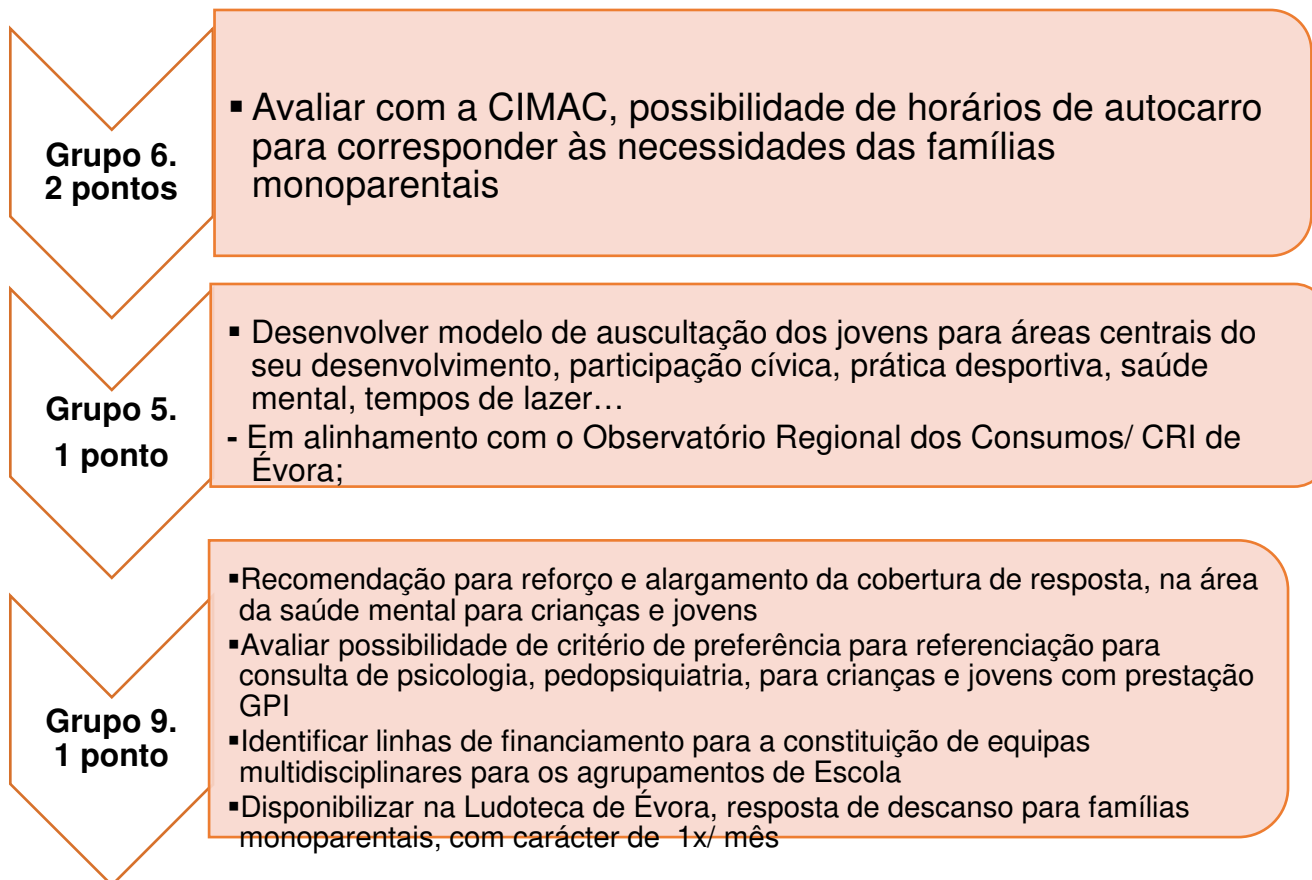
Grupo 9.

- Maior acesso à resposta de saúde mental/ Consultas de psicologia e psiquiatria com parceiros/ associações
- Disponibilizar equipas multidisciplinares nas escolas

- Acompanhamentos terapêuticos em complemento à saúde e à escola (clínicas que possam colaborar)
- Reforço escolar e programas de tutoria para crianças em situação de vulnerabilidade
- Resposta de descanso de cuidadores monoparentais

- PROPOSTAS COMPILADAS E ORGANIZADAS DE ACORDO COM RECURSOS/ POTENCIALIDADES, DESAFIOS/ OPORTUNIDADES E PRIORIDADES IDENTIFICADAS, PARA O CONCELHO DE ÉVORA, EM MATÉRIA DE CRIANÇAS E JOVENS





As perceções recolhidas no âmbito deste Diagnóstico alinham-se com os dados apresentados, com as perceções já recolhidas no âmbito do Diagnóstico Social do Concelho de Évora e com o cruzamento de outros documentos de planeamento estratégico locais também analisados.

A existência de uma pobreza transgeracional, com ciclos de pobreza instalados e intergeracionais que se perpetuam, que são difíceis de quebrar, que potenciam desigualdades e constituem violação de direitos fundamentais, de crianças e jovens, são aspetos desafiantes para o trabalho que continua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E SITES CONSULTADOS

- Diagnóstico Social do Concelho de Évora (2022);
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-20230 (ENCP);
- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024;
- Estratégia Europeia sobre os Direitos da Criança;
- Garantia para a Infância: www.garantiainfancia.gov.pt;
- INE Instituto Nacional de Estatística – Saúde e Privação Material das Crianças – 2024;
- INE: www.ine.pt;
- Nações Unidas: www.unric.org/pt
- Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030. Coordenação Nacional Garantia para a Infância;
- Plano de Desenvolvimento Social de Évora (2024-2027);
- Pobreza Infantil na UE. Rede Europeia Anti-pobreza/ Portugal (EAPN);
- PORDATA: www.pordata.pt;
- Recomendação da União Europeia 2021/2024 relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância, do Conselho de 14 de junho de 2021;
- Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal: www.reapn.org;
- Relatório Intercalar. Coordenação Nacional Garantia para a Infância;
- *“Rendimento e Condições de Vida – Saúde e Privação Material das Crianças – 2024” - INE*
- Unicef: www.unicef.pt/pobrezainfantil;